



## TERMO DE COMPROMISSO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Dr. **FERNANDO STEIGER TOURINHO DE SÁ**, Procurador Geral de Justiça, pela Dr.<sup>a</sup> **MÁRCIA LUZIA GUEDES DE LIMA**, Promotora de Justiça da Cidadania de Acompanhamento à Educação e de Combate à Evasão Escolar de Salvador e pela Dr.<sup>a</sup> **MARLY BARRETO ANDRADE**, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SMEC**, representada pela Sr.<sup>a</sup> Secretária Municipal de Educação Professora **DIRENE MENDONÇA** e os **CONSELHOS TUTELARES DE SALVADOR**, representados pelos respectivos Presidentes, com o objetivo de atender ao que preceizam os artigos 205 e 227, da Constituição Federal, o art. 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente, e o artigo 5º, parágrafo 1º, inciso III e artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, buscando regulamentar ações tendentes a tornar efetivo o direito de permanência na escola, **FIRMA O PRESENTE COMPROMISSO**, sem prejuízo de as instituições acordantes manterem ou desenvolverem ações mais abrangentes para assegurar à criança e ao adolescente o direito à educação, nos seguintes termos:

Artigo 1º – Constatada a infrequência reiterada do(a) aluno(a) no período de **uma semana**, o(a) professor(a), regente de turma ou disciplina, deverá comunicar o fato na mesmo dia (data limite), preenchendo em três vias a **FICHA DE COMUNICAÇÃO DE ALUNO INFREQUENTE (FICAI)**, entregando-a à Direção ou Equipe Diretiva e, discutindo-a na primeira reunião administrativa ou pedagógica que se seguir à comunicação.

Parágrafo único – O(a) professor(a) regente deverá levar o fato à discussão com a Direção ou Equipe Diretiva, para análise, busca de alternativas de soluções, sendo registrado em ata os encaminhamentos a serem seguidos.

Artigo 2º – A Direção ou Equipe Diretiva, de posse desta comunicação, deverá entrar em contato com os pais ou responsáveis, imediatamente registrando os encaminhamentos efetivados com o objetivo do retorno à assiduidade do(a) aluno(a), no prazo de **uma semana**.

I – A Direção ou Equipe Diretiva deverá encaminhar ao Conselho Escolar nomes e situações de alunos(as) evadidos(as) e usualmente infrequentes. Deverá, ainda, trabalhar com este órgão da escola a temática evasão dentro dos aspectos legais e educacionais do tema e a maneira de evitá-la.

II – A Escola, por meio de seus órgãos, deverá chamar os pais ou responsáveis pelos alunos(as) evadidos(as) ou infrequentes, mostrando-lhes seus deveres para com a educação dos(as) filhos(as).

III – A Escola, através do Conselho Escolar, em parceria com as associações de moradores, centros comunitários, clubes de mães, grêmios estudantis, quartéis, clubes de serviço, igrejas, esportes, bandeirantes, SESC, SESI e demais organizações comunitárias e sociais, criará estratégias para visitas domiciliares, reuniões, palestras e outros mecanismos destinados aos alunos, pais ou responsáveis que não atenderem ao seu chamado.



IV - Não sendo possível encontrar a família dos(as) alunos(as) evadidos(as) evadidos(as), a Escola deverá informar-se junto aos vizinhos, da localização da mesma, procurando o endereço de amigos ou parentes, esgotando os recursos para encontrá-los

Artigo 3º - Esgotados os recursos cabíveis e acima listados, e findo o prazo de uma semana que trata o artigo anterior, não sendo localizado o aluno(a) ou não voltando a frequentar a Escola, a Direção ou Equipe Diretiva deverá encaminhar a 1ª e 3ª vias da FICAI, com a síntese dos procedimentos adotados e efetivados, ao Conselho Tutelar, observando a Região Administrativa respectiva, cuja listagem faz parte deste TERMO como anexo

Artigo 4º - O Conselho Tutelar da Região Administrativa respectiva, dentro de suas atribuições legais (artigo 136, ECA) e no período de **duas semanas**, diligenciará para o efetivo retorno do aluno à escola, adotando as medidas que entender cabíveis.

1º - Não obtendo êxito neste prazo, o Conselho Tutelar encaminhará a 1ª via da FICAI ao Ministério Público (Promotoria de Justiça da Cidadania de Acompanhamento à Educação e de Combate à Evasão Escolar, sediada à Rua Arquimedes Gonçalves, Nº 400, Jardim Bahiano, nesta Capital), informando a Escola acerca do encaminhamento dado na mesma data

§ 2º - Obtendo êxito, a 1ª via da FICAI retornará à escola, com as anotações das providências adotadas, permanecendo a 3ª via arquivada no Conselho Tutelar

§ 3º - A cada trimestre, a Promotaria de Justiça da Cidadania de Acompanhamento à Educação e de Combate à Evasão Escolar de Salvador informará ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, acerca dos encaminhamentos de FICAI recebidos, para efeito de criação e manutenção de banco de dados no respectivo Centro

Artigo 5º - A Escola deverá manter a 2ª via da FICAI para consulta e atualização de registros, remetendo a 1ª via desta, após recebê-la do Conselho Tutelar ou do Ministério Público, para a Secretaria Municipal de Educação para fins estatísticos e encaminhamentos.

Artigo 6º - Fica instituída a **FICAI - Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente**, conforme modelo constante do ANEXO 1, que é parte integrante deste, cabendo às instituições signatárias adicionar suas respectivas identificações.

Artigo 7º - O presente acordo vigorará a partir do início do ano letivo de 2001

Assim, estando justos os termos, que expressam a vontade e o compromisso mínimo das partes frente ao direito à educação, assinam o presente termo em onze (11) vias de igual teor, entregando-se a cada acordante uma via e juntando-se ao expediente do Ministério Público, uma das vias.

Salvador, 23 de novembro de 2000

*Fernando Steiger Tourinho de Sá*  
FERNANDO STEIGER TOURINHO DE SÁ  
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

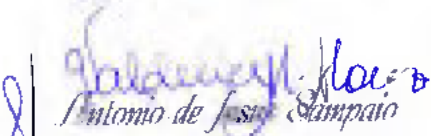
*Márcia Luciana Mendes de Lima*  
PROMOTORA DE JUSTIÇA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO  
E DE COMBATE À EVASÃO ESCOLAR



  
Mari Samira Andrade  
COORDENADORA DO CAOPJIJ

  
Dirlene Mendonça  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

  
Vanda de Almeida Araújo  
PRESIDENTE DO CONSELHO TUTELAR 1

  
Antonio de Jesus Sampaio  
PRESIDENTE DO CONSELHO TUTELAR 2

  
Francisco dos Reis Amorim  
PRESIDENTE DO CONSELHO TUTELAR 3

  
Lúcia de Fátima Souza  
PRESIDENTE DO CONSELHO TUTELAR 4

  
Francisco Assunção de Oliveira  
PRESIDENTE DO CONSELHO TUTELAR 5

  
Rômulo Mascarenhas  
PRESIDENTE DO CONSELHO TUTELAR 6

  
Eliel Quirino de Jesus  
PRESIDENTE DO CONSELHO TUTELAR 7

  
Luiz Santana  
PRESIDENTE DO CONSELHO TUTELAR 8